



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING INTERNET

28/03/2019 ATÉ 28/03/2019

INDÍCE

1	CNJ	
	1.1 SITE O PROGRESSO.....	1
2	DECISÕES	
	2.1 BLOG ALDIR DANTAS.....	2
	2.2 SITE IMIRANTE.COM.....	3
	2.3 SITE O PROGRESSO.....	4
	2.4 SITE TV GUARÁ.COM.....	5
3	ESMAM	
	3.1 SITE MARANHÃO HOJE.....	6
4	INSTITUCIONAL	
	4.1 BLOG DANIEL MATOS.....	7
	4.2 BLOG DO CAIO HOSTÍLIO.....	8
	4.3 BLOG DO LINHARES.....	9
	4.4 BLOG DO NETO FERREIRA	10
	4.5 BLOG JORGE ARAGÃO.....	11 12
	4.6 BLOG MARCO DEÇA.....	13
	4.7 BLOG RONALDO ROCHA.....	14
	4.8 BLOG ZECA SOARES.....	15
	4.9 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	16
	4.10 SITE SJ NOTÍCIAS MA.....	17
	4.11 SITE VEJA TIMON.....	18
5	PRECATÓRIOS	
	5.1 BLOG ANTÔNIO MARTINS.....	19
	5.2 BLOG ENQUANTO ISSO NO MARANHÃO.....	20
	5.3 BLOG JORGE ARAGÃO.....	21
	5.4 BLOG LEONARDO CARDOSO.....	22
	5.5 BLOG LUÍS CARDOSO.....	23
	5.6 PORTAL DO MUNIM.....	24
	5.7 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	25 26
6	PRESIDÊNCIA	
	6.1 SITE O PROGRESSO.....	27
7	SERVIDOR PÚBLICO	
	7.1 SITE O PROGRESSO.....	28
8	UNIDADES ADMINISTRATIVAS	
	8.1 BLOG DOMINGOS COSTA.....	29
	8.2 BLOG LEONARDO CARDOSO.....	30

Justiça condena a Loja Riachuelo a indenizar cliente inscrito indevidamente no SPC

A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) condenou as Lojas Riachuelo ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 6 mil a uma cliente que teve seu nome indevidamente incluído no cadastro de inadimplentes. O entendimento unânime manteve a sentença do Juízo da 13ª Vara Cível de São Luís.

A loja apelou ao TJMA, alegando que a inclusão foi legítima, em razão de inadimplemento da consumidora. Sustentou que não há prova do dano moral. Requereu a reforma da sentença para que fosse julgada improcedente a ação.

Inicialmente, o desembargador Paulo Velten, relator da apelação, ressaltou que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) é firme ao entender que o lançamento do nome do consumidor em órgão de restrição ao crédito deve ser realizado de forma cautelosa e apenas quando houver inadimplemento de obrigações contratuais.

Paulo Velten verificou que, no caso, a empresa apelante não provou que a inclusão do nome da apelada no rol de inadimplentes foi legítima ou decorreu de exercício regular de direito.

O relator observou que a prova documental presente nos autos revela que a consumidora encontrava-se adimplente com a parcela da confissão de dívida que teria originado a inscrição no SPC. Frisou que o que se vê no boleto e no comprovante de pagamento é que a apelada havia efetuado a quitação antecipada da parcela, três meses antes do vencimento.

O desembargador considerou correta a sentença que condenou a apelante ao pagamento de indenização por danos morais e observou que o valor de R\$ 6 mil fixado pelo Juízo, longe de caracterizar enriquecimento indevido da parte, é razoável e proporcional à extensão do dano experimentado.

Os desembargadores Jaime Ferreira de Araujo e Marcelino Everton acompanharam o voto do relator, de acordo com parecer da Procuradoria Geral da Justiça, negando provimento ao apelo das Lojas Riachuelo. (Processo nº 47.163/2017 - São Luís)

Tavares: financiamento para precatório é constitucional e necessário por conta do calote de Roseana

Marcelo Tavares diz que governo tem cumprido plano de pagamento de seus precatórios. Mas teve que recorrer a empréstimo porque Roseana não pagou entre 2012 e 2014

O Governo do Maranhão esclareceu nesta quarta-feira (27) o pedido de empréstimo enviado à Assembleia Legislativa do Maranhão. O recurso servirá para o pagamento de dívidas de precatórios geradas principalmente entre 2012 e 2014, no governo anterior.

Em seu perfil no Twitter, o secretário-chefe da Casa Civil, Marcelo Tavares, afirmou ainda que todos os termos pactuados com o Tribunal de Justiça a esse respeito estão sendo cumpridos. “O Governo do Estado cumpriu o plano de pagamento de precatórios assinados com o Tribunal de Justiça. Não há uma dívida a ser considerada no ano passado”, disse, taxativamente.

Segundo ele, a gestão do governador Flávio Dino já pagou de precatórios mais de meio bilhão de reais, diferente do governo Roseana, que por três anos consecutivos, praticamente não pagou precatórios, gerando um considerável passivo.

Marcelo detalhou que a Constituição Federal prevê o procedimento que deve ser tomado diante de situações como esta e reiterou que o Governo do Maranhão está seguindo esta instrução legal.

“A emenda constitucional de número 99 determina como deve ser feito em relação a esses valores de dívidas acumuladas por precatórios não pagos. Por isso o Governo do Estado, seguindo a Constituição Federal, apresentou um pedido de financiamento na Assembleia Legislativa para fazer frente aos precatórios não pagos principalmente entre os anos de 2012 e 2014”, concluiu.

Suposta ordem de Portela para incriminar desembargadores foi um ato de governo?

Suposta ordem de Portela para investigar e prender desembargadores foi uma medida para fazer valer a vontade do governo chefiado por Flávio Dino?

De quem teria partido a ideia de investigar os desembargadores Tyrone José Silva, Froz Sobrinho, Guerreiro Júnior e Nelma Sarney, com a suposta intenção de prender os quatro magistrados? A revelação feita pelo delegado Thiago Bardal, em depoimento à Justiça, de que o secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela, tentou impeli-lo a buscar indícios de irregularidades envolvendo os membros do Tribunal de Justiça do Maranhão abre margem para algumas perguntas. Afinal, a arrojada missão que mirou os togados foi arquitetada pelo secretário, individualmente, ou houve um mentor mais poderoso?

Passadas mais de 24 horas desde que a versão de Bardal veio à tona, o silêncio absoluto de Portela em nada ajuda o esclarecimento dos fatos, muito menos confere salvo-conduto imediato ao secretário de Segurança Pública. Pelo contrário, aguça a curiosidade e induz a interpretações diversas, desde uma insuspeita tranquilidade do titular da SSP diante de declarações prestadas por um delegado preso e sem credibilidade a uma involuntária confissão de culpa, já que quem cala consente.

Em meio às diferentes leituras, há quem atribua a investida contra os desembargadores a forças que transcendem o gabinete de Jefferson Portela. Seria o chefe da pasta da Segurança Pública apenas o emissário de uma ordem superior? Há quem sugira que sim. Outros até apostam nessa hipótese, respaldando-se na indisfarçável tendência à tirania do Estado, hoje em voga no Maranhão.

Se ainda não gerou uma crise institucional, o teor do depoimento de Thiago Bardal é motivo de tensão nos bastidores. O mais claro sintoma de que o episódio vem causando mal estar é a reserva com que o assunto vem sendo tratado pelas cúpulas dos poderes.

A impressão é de que todos evitam se comprometer, por receio de mais estragos e outras consequências, algumas imprevisíveis.

Categoria Sem categoria

Perguntas que merecem respostas:

Afinal, o que o delegado Thiago Bardal investigou sobre a vida dos desembargadores Fróz Sobrinho, Tryrone José, Guerreiro Júnior e Nelma Sarney? Qual seriam os objetivos? Ele disse ao juiz da 2ª Vara Criminal de São Luís, José Ribamar D'Oliveira Costa Júnior, que recebeu ordens expressas do secretário de Segurança, Jefferson Portela, para investigar esses quatro desembargadores do Maranhão, com isso quem teria solicitado ao secretário Jefferson Portela essa investigação? Teria saído do TJMA o governo do Estado? É preciso vir à tona essas informações!!!

Quem não deve não teme!!! Deputado Duarte Junior, quem de fato defende os donos dos postos de gasolina? Seria o deputado Fernando Pessoa? É preciso clareza, pois é preciso dá os nomes... Mas é importante que o Procom fiscalize os preços dos combustíveis nos postos e, principalmente, fiscalizar a alíquota do ICMS que é abusiva sobre o preço dos combustíveis. Por outro lado, quais seriam as intenções de fiscalizar as prestações de contas do Procom no período de 2015 a 2018? O deputado Fernando Pessoas deve ser mais claro... Existem indícios de irregularidades e improbidades?

Ex-Seic, Tiago Bardal vira homem-bomba e pode explodir o Palácio dos Leões

28/03/2019 11:45:50

Ex-Seic, Tiago Bardal

Aliados do governador Flávio Dino (PCdoB) demonstraram preocupação com o impacto do depoimento do ex-titular da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), Tiago Bardal.

"É um homem-bomba. Como ex-Seic, sabe de muita coisa que pode, sim, explodir o governo", resumiu um deputado da base do Palácio dos Leões, sob anonimato, ao ATUAL7.

Segundo publicado com exclusividade, ontem 27, pelo blog do Neto Ferreira, em oitava à 2ª Vara Criminal de São Luís há cerca de suas semanas, Bardal contou detalhes sobre uma ordem de Portela para que fossem investigados pelo menos quatro desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão, com objetivo de prender os magistrados. Os alvos: Froz Sobrinho, Tyrone Silva, Guerreiro Júnior e Nelma Sarney.

Ex-Seic, Tiago Bardal

Na Seic, coração do sistema de inteligência da Polícia Civil por controlar departamentos importantes no combate ao crime, além de investigações envolvendo os magistrados, Bardal tomou conhecimento profundo a respeito de apurações relacionadas a secretários estaduais e municipais, parlamentares, agiotagem, empresários, propina e sobre a execução de profissionais da imprensa maranhense, como Ítalo Diniz e Décio Sá.

Durante o depoimento, inclusive, segundo apurou o ATUAL7, ele teria relatado informações de cunho político e pessoal envolvendo o secretário estadual de Segurança Pública, delegado Jefferson Portela, e até o governador Flávio Dino (PCdoB), sobre alguns desses outros casos.

Ao ATUAL7, um secretário estadual, também sob anonimato, confirmou a preocupação do governo sobre o que Bardal possa já ter revelado ou passar a revelar, mas tentou amenizar a situação.

"Acreditamos que não há algo que possa atingir o governador diretamente, temos plena certeza disso por quem o governador é, mas não se pode negar que respinga muito forte [em Dino]. Agora, é ter cuidado com qualquer eventual delação, pois terá de provar o que for falado", declarou.

Leia também:

Duarte jr quer anular concurso público da UFMA

Pela segunda vez Duarte Júnior é acusado de plágio na ALEMA

Maranhenses já pagaram mais de 1 bilhão de ICMS em 2019

Fanpage: Linhares Jr.

Tiago Bardal diz que Jefferson Portela mandou 'engavetar' investigação do caso Décio Sá

<http://www.netoferreira.com.br/wp-content/uploads/2019/03/WhatsApp-Video-2019-03-28-at-11.28.52.mp4>

O ex-chefe da Superintendência Estadual de Investigações Criminais, delegado Tiago Bardal, trouxe à tona fatos que podem causar uma reviravolta no caso Décio Sá.

As revelações foram feitas no dia 12 de março, durante o seu depoimento ao juiz da 2ª Vara Criminal de São Luís, José Ribamar D'Oliveira Costa Júnior, na audiência de instrução e julgamento.

Em gravação obtida com exclusividade pelo Blog do Neto Ferreira, Bardal acusa diretamente o secretário de Segurança Pública do Maranhão, Jefferson Portela, de engavetar uma documentação que resultaria em uma investigação mais aprofundada e, por consequência, poderia chegar a outros possíveis co-autores do o assassinato do jornalista Décio Sá, ocorrido em abril de 2012.

Além disso, a representação apontava uma série de irregularidades durante a apuração dos fatos na época.

O documento foi enviado pela Procuradoria-Geral de Justiça pedindo para a Polícia Civil apurar tais informações.

Ainda de acordo com o delegado, o engavetamento seria porque o chefe da SSP queria evitar uma possível promoção gratuita do então deputado Raimundo Cutrim com o caso, já que a autoria da representação era do ex-parlamentar.

"Isso aqui é uma representação que o deputado Raimundo Cutrim fez, na época deputado, para reabertura do caso Décio Sá, e lá nessa representação, o deputado Raimundo Cutrim dá várias falhas na investigação e vários supostos co-autores que não chegaram. Jefferson Portela pega a pastinha que veio da Procuradoria [Geral de Justiça] e fala: isso aqui você vai levar pra Seic e vai engavetar. Aí eu falei porque doutor? Porque nós estamos em ano de eleição, vai chegar eleição e Cutrim só quer isso para se aparecer, se a gente conseguir chegar em nome de outras pessoas realmente, o nome do Cutrim que vai pra cima e ele vai se reeleger. Para com a investigação", detalhou Bardal.

Em outro trecho do depoimento, Tiago relata o desespero de Portela ao descobrir, através de uma matéria jornalística, que o seu pedido de parar com as investigações não tinha sido acatado.

"Eu chamei o pessoal do [Departamento do] Crime Organizado, se reunimos. Não vamos aceitar. Comecei a ouvir pessoas, comecei a ouvir pessoas no caso Décio Sá mesmo ele não querendo. (...) Ele me liga: vem aqui na Secretaria! Doido, doido, doido! Porquê você fez isso? Já é o segundo caso; o caso do desembargador não era pra fazer; nesse caso não é pra fazer, porque vocês estão fazendo isso".

Outro lado

O Blog do Neto Ferreira entrou em contato com o Ministério Público do Maranhão e com a Secretaria de Segurança Pública, mas ambos não se manifestaram sobre o caso.

Em SP, Flávio Dino e secretários buscam parcerias para investir no Maranhão

Em evento na capital paulista com grandes empresas e investidores de todo o Brasil, o Maranhão mostrou nesta quinta-feira (28) oportunidades de parceria entre o Governo do Estado e a iniciativa privada para novos empreendimentos e projetos.

A apresentação foi na terceira edição do GRI PPPs e Concessões Brasil, no Hotel InterContinental São Paulo. O evento reuniu os principais líderes dos setores público e privado do país. O foco foi na infraestrutura. O Maranhão montou um lounge e participou de mesas temáticas.

O governador Flávio Dino e secretários de Estado mostraram aos investidores oportunidades em PPPs (Parcerias Público-Privadas). São modalidades em que o Estado e os empresários se unem em torno de um empreendimento.

Um dos focos foram os investimentos para a recuperação do Centro Histórico, com destaque para os programas Habitar e Adote um Casarão. O primeiro vai manter a população residente no Centro e atrair novos moradores. O segundo cuida da restauração e da ocupação dos imóveis ociosos de propriedade do governo. Ambos oferecem incentivos fiscais para atrair investimentos.

“O Centro Histórico é tombado pela Unesco como patrimônio da humanidade e temos lá os objetivos principais, como a recuperação para uso administrativo e para uso habitacional”, disse Flávio Dino durante o “Talk Show com Governadores - Estados e suas Carteiras de Projetos”.

O governador citou como exemplo já bem-sucedido a reforma do prédio João Goulart, que estava fechado havia 30 anos e vai ser inaugurado neste ano. A parceria com a iniciativa privada foi pela modalidade Built to Suit, que é uma espécie de locação sob medida e para o longo prazo.

Lançamento de editais

O governador anunciou que o Maranhão vai lançar dois editais até agosto: um para internet gratuita e outro para a construção de novos presídios.

“Vamos soltar o edital de licitação do programa Internet para Todos para 100 cidades, com internet gratuita. E também PPPs para a construção de quatro presídios”, disse.

Aproximação

Após o talk show, os secretários Antonio Nunes (Governo) e Simplício Araújo (Indústria e Comércio), além de outros representantes do Governo do Maranhão, apresentaram os potenciais do Estado e a carteira de projetos

para os investidores.

Foram feitas também reuniões individuais com empresários, a fim de detalhar os projetos. O Maranhão montou um lounge para receber os investidores.

“Muitos investidores mostraram interesse. Com certeza vamos ter resultados positivos a partir desse evento e dessas conversas com os empresários”, afirmou o secretário Antonio Nunes.

De acordo com Nunes, houve especial interesse no modelo usado para a reforma do edifício João Goulart, no Centro Histórico.

Portfólio

A carteira de projetos apresentada pelo Maranhão no evento também incluiu a construção do Parque de Exposições em São Luís com 300 mil metros quadrados; a Cidade da Justiça para abrigar prédios do Tribunal de Justiça, da Procuradoria Geral do Estado e da Defensoria Pública Estadual; novos terminais no Porto do Itaqui; cais para a interligação das cidades de São Luís e Alcântara; e a MA-006, integrando o Sul e o Norte do Maranhão.

Parceria

De acordo com Flávio Dino, num momento de crise econômica nacional, é fundamental a parceria público-privada. “Defendo um forte investimento público conjugado com um forte investimento privado como saída para essa recessão aguda”, disse.

Ele ressaltou que, mesmo em meio ao cenário nacional adverso, o Maranhão tem mantido um ritmo acelerado de investimentos: “Em 2018 e 2017, tivemos uma taxa de investimento público bastante alta em relação à Receita Corrente Líquida (RCL), uma das maiores do país”, lembrou o governador.

“Tivemos investimentos de até 11% em relação à RCL, a média brasileira é de 4%. Não obstante, acreditamos na importância desses investimentos privados. Ou seja, forte investimento público conjugado com forte investimento privado como saída para a recessão aguda”, declarou.

OAB do Maranhão recebe apoio de corregedor do CNJ em pressão para Governo do Estado pagar precatórios

“Lutaremos para que a justiça seja feita em relação aos precatórios”, disse o corregedor Nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, na manhã de ontem (27), após receber os relatórios dos precatórios e os requerimentos da OAB Maranhão, que buscam pressionar do Governo do Estado a efetuar os pagamentos devidos.

O ministro Martins ainda disse que “serão analisados todos os pedidos feitos pela OAB/MA, ponto a ponto”, enfatizou. Um desses pedidos, protocolado no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), foi para sequestro do valor em atraso, que se aproxima dos R\$ 125 milhões.

Ainda como medida apresentada pra garantir o direito dos credores, a Ordem dos Advogados no Maranhão, presidida pelo advogado Thiago Diaz, garantiu que, caso o pagamento não seja efetuado em até 30 dias, entrará com uma ação de improbidade administrativa contra o governador do Estado, Flávio Dino, conforme autoriza a Constituição Federal.

O desembargador José Joaquim, presidente do TJMA, também falou à imprensa ontem e afirmou que já está com tratativas com a Corregedoria Geral do Conselho Nacional de Justiça, pra que essa situação seja solucionada o quanto antes. O CNJ deve apresentar parecer até a próxima semana.

Com a dívida total superando R\$ 1 bilhão, o governador Flávio Dino conta com a aprovação do projeto de Lei enviado à Assembleia Legislativa para empréstimo de mais de R\$ 620 milhões como alternativa principal para tentar se segurar e evitar pressões ainda maiores.

TJ e Governo do Maranhão seguirão em silêncio ???

Desde que o Blog do Neto Ferreira divulgou com exclusividade trechos do depoimento do delegado e ex-superintendente da SEIC, Thiago Bardal, estranhamente o Tribunal de Justiça e o Governo do Maranhão seguem em um silêncio sepulcral.

Thiago Bardal afirmou, em depoimento o juiz da 2ª Vara Criminal de São Luís, José Ribamar D'Oliveira Costa Júnior, que recebeu ordens expressas do secretário de Segurança, Jefferson Portela, para investigar quatro desembargadores do Maranhão.

Os alvos de Portela, segundo Bardal, seriam os desembargadores: Fróz Sobrinho, Tryrone José, Guerreiro Júnior e Nelma Sarney.

“Jefferson Portela me chama em seu gabinete e diz: enquanto eu for secretário vai sair desembargador algemado daqui. Tem que investigar Fróz, Tryrone, Guerreiro e Nelma”, afirmou Thiago Bardal.

Mesmo diante da gravidade da afirmação, o Tribunal de Justiça e o Governo do Maranhão ainda não se posicionaram diante do caso. Nem mesmo o governador Flávio Dino, que adora polemizar questões em nível nacional, também optou pelo silêncio sepulcral e covarde.

Resta saber se o Tribunal de Justiça e o Governo do Maranhão seguirão em silêncio???

É aguardar e conferir.

Thiago Bardal: Edilázio se solidariza com desembargadores

por Jorge Aragão

28 mar 2019

O deputado federal Edilázio Júnior (PSD) utilizou a tribuna da Câmara Federal para se solidarizar aos desembargadores citados pelo ex-superintendente de Investigações Criminais (Seic), delegado Thiago Bardal, que seriam alvo de investigação no estado por determinação do secretário de Estado da Segurança Pública, Jefferson Portela (PCdoB).

Ele lamentou o episódio, falou da gravidade da acusação e cobrou apuração do Tribunal de Justiça à denúncia levantada por Bardal em audiência judicial.

“O ex-superintendente de Investigações Criminais, o delegado Thiago Bardal, que chegou a ser preso, afirmou na frente do juiz [que conduzia a audiência] que o secretário de Segurança Jefferson Portela pediu que o mesmo investigasse quatro desembargadores e aqui eu venho me solidarizar ao desembargador Guerreiro Júnior, desembargador Fróz Sobrinho, desembargadora Nelma Sarney e desembargador Tyrone Silva”, disse.

Edilázio cobrou providência da direção do TJ. “Peço aqui aqui, senhor presidente, que o Tribunal de Justiça tome uma decisão enérgica, assim como fez o Supremo - o ministro Toffoli pediu a investigação sobre o fake news a respeito do que era noticiado sobre os demais ministros -, que o presidente do TJ, desembargador José Joaquim, peça ao Ministério Público que investigue essa situação”, completou.

O parlamentar também apelou para a Assembleia Legislativa do Maranhão, para uma eventual convocação do secretário. “Não podemos admitir que a polícia civil do Maranhão seja usada para investigar aqueles que não rezam na cartilha do comunismo”, pontuou.

Ele lembrou do escândalo da espionagem, que tratava da investigação da Polícia Militar a adversários políticos do governador Flávio Dino no período que antecedeu a eleição e que ganhou repercussão nacional, e repudiou a postura do secretário, filiado ao PCdoB.

Pressão dos precatórios

por Jorge Aragão

28 mar 2019

O caso dos pagamentos de precatórios pelo governo Flávio Dino (PCdoB) tem ganhado dimensões maiores. Depois de denúncias e ações na Justiça estadual, a questão agora está nas mãos do corregedor do Conselho Nacional de Justiça, ministro Humberto Martins. A ele foi entregue pela seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA) um relatório sobre os precatórios. Humberto Martins, que se encontra em São Luís para correição na Justiça estadual, garante que se debruçará sobre o caso “para que a justiça seja feita após analisar ponto a ponto do relatório”.

Este não é o primeiro documento que o corregedor do CNJ recebe sobre a falta de pagamento de precatórios.

O Sindicato dos Servidores da Justiça (Sindjus) já havia acionado o ministro sobre o distanciamento do Tribunal de Justiça quanto ao bloqueio de verba do governo para pagamento dos precatórios. O corregedor pediu explicações ao tribunal.

O presidente da OAB/MA, Thiago Diaz, diz que a entidade busca garantir o direito dos cidadãos. “A Ordem está fazendo o esforço necessário para salvaguardar o pagamento desses precatórios. A entrega desses relatórios ao ministro Humberto Martins objetiva, exatamente, a tentativa de garantir o direito dos cidadãos envolvidos”.

Talvez devido à pressão que está sendo feita é que o governador Flávio Dino está pedindo autorização aos deputados estaduais para contratar mais um empréstimo, dessa vez de mais de R\$ 600 milhões. Pela justificativa, o dinheiro será para pagamento dos precatórios.

Resta saber se o governo terá realmente todo este tempo para cumprir o que já foi definido pela Justiça.

Descumprimento - O governador Flávio Dino parece que gosta de não cumprir decisões judiciais, como no caso dos precatórios.

O comunista chegou até a baixar decreto determinando aos membros de sua gestão para não cumprir decisões da Justiça relacionadas a vencimentos de servidores públicos.

Dino somente revogou este decreto depois que conseguiu liminar retirando a adequação salarial de 21,7% a mais de 60 mil servidores públicos.

Estado Maior

Marcelo Tavares esclarece sobre pedido de empréstimo enviado à Assembleia Legislativa

Marcelo Tavares diz que governo tem cumprido plano de pagamento de seus precatórios. Mas teve que recorrer a empréstimo porque Roseana não pagou entre 2012 e 2014.

O Governo do Maranhão esclareceu nesta quarta-feira (27) o pedido de empréstimo enviado à Assembleia Legislativa do Maranhão. O recurso servirá para o pagamento de dívidas de precatórios geradas principalmente entre 2012 e 2014, no governo anterior.

Em seu perfil no Twitter, o secretário-chefe da Casa Civil, Marcelo Tavares, afirmou ainda que todos os termos pactuados com o Tribunal de Justiça a esse respeito estão sendo cumpridos. “O Governo do Estado cumpriu o plano de pagamento de precatórios assinados com o Tribunal de Justiça. Não há uma dívida a ser considerada no ano passado”, disse, taxativamente.

Segundo ele, a gestão do governador Flávio Dino já pagou de precatórios mais de meio bilhão de reais, diferente do governo Roseana, que por três anos consecutivos, praticamente não pagou precatórios, gerando um considerável passivo.

Marcelo detalhou que a Constituição Federal prevê o procedimento que deve ser tomado diante de situações como esta e reiterou que o Governo do Maranhão está seguindo esta instrução legal.

“A emenda constitucional de número 99 determina como deve ser feito em relação a esses valores de dívidas acumuladas por precatórios não pagos. Por isso o Governo do Estado, seguindo a Constituição Federal, apresentou um pedido de financiamento na Assembleia Legislativa para fazer frente aos precatórios não pagos principalmente entre os anos de 2012 e 2014”, concluiu.

Em SP, Flávio Dino e secretários buscam parcerias com empresas para investir no Maranhão

Em um evento na capital paulista com grandes empresas e investidores de todo o Brasil, o Maranhão mostrou nesta quinta-feira (28) oportunidades de parceria entre o Governo do Estado e a iniciativa privada para novos empreendimentos e projetos.

A apresentação foi na terceira edição do GRI PPPs e Concessões Brasil, no Hotel InterContinental São Paulo. O evento reuniu os principais líderes dos setores público e privado do país. O foco foi na infraestrutura. O Maranhão montou um lounge e participou de mesas temáticas.

O governador Flávio Dino e secretários de Estado mostraram aos investidores oportunidades em PPPs (Parcerias Público-Privadas). São modalidades em que o Estado e os empresários se unem em torno de um empreendimento.

Um dos focos foram os investimentos para a recuperação do Centro Histórico, com destaque para os programas Habitar e Adote um Casarão. O primeiro vai manter a população residente no Centro e atrair novos moradores. O segundo cuida da restauração e da ocupação dos imóveis ociosos de propriedade do governo. Ambos oferecem incentivos fiscais para atrair investimentos.

“O Centro Histórico é tombado pela Unesco como patrimônio da humanidade e temos lá os objetivos principais, como a recuperação para uso administrativo e para uso habitacional”, disse Flávio Dino durante o “Talk Show com Governadores - Estados e suas Carteiras de Projetos”.

O governador citou como exemplo já bem-sucedido a reforma do prédio João Goulart, que estava fechado havia 30 anos e vai ser inaugurado neste ano. A parceria com a iniciativa privada foi pela modalidade Built to Suit, que é uma espécie de locação sob medida e para o longo prazo.

Lançamento de editais

O governador anunciou que o Maranhão vai lançar dois editais até agosto: um para internet gratuita e outro para a construção de novos presídios.

“Vamos soltar o edital de licitação do programa Internet para Todos para 100 cidades, com internet gratuita. E também PPPs para a construção de quatro presídios”, disse.

Aproximação

Após o talk show, os secretários Antonio Nunes (Governo) e Simplício Araújo (Indústria e Comércio), além de outros representantes do Governo do Maranhão, apresentaram os potenciais do Estado e a carteira de projetos para os investidores.

Foram feitas também reuniões individuais com empresários, a fim de detalhar os projetos. O Maranhão montou um lounge para receber os investidores.

“Muitos investidores mostraram interesse. Com certeza vamos ter resultados positivos a partir desse evento e dessas conversas com os empresários”, afirmou o secretário Antonio Nunes.

De acordo com Nunes, houve especial interesse no modelo usado para a reforma do edifício João Goulart, no Centro Histórico.

Portfólio

A carteira de projetos apresentada pelo Maranhão no evento também incluiu a construção do Parque de Exposições em São Luís com 300 mil metros quadrados; a Cidade da Justiça para abrigar prédios do Tribunal de Justiça, da Procuradoria Geral do Estado e da Defensoria Pública Estadual; novos terminais no Porto do Itaqui; cais para a interligação das cidades de São Luís e Alcântara; e a MA-006, integrando o Sul e o Norte do Maranhão.

Parceria

De acordo com Flávio Dino, num momento de crise econômica nacional, é fundamental a parceria público-privada. “Defendo um forte investimento público conjugado com um forte investimento privado como saída para essa recessão aguda”, disse.

Ele ressaltou que, mesmo em meio ao cenário nacional adverso, o Maranhão tem mantido um ritmo acelerado de investimentos: “Em 2018 e 2017, tivemos uma taxa de investimento público bastante alta em relação à Receita Corrente Líquida (RCL), uma das maiores do país”, lembrou o governador.

“Tivemos investimentos de até 11% em relação à RCL, a média brasileira é de 4%. Não obstante, acreditamos na importância desses investimentos privados. Ou seja, forte investimento público conjugado com forte investimento privado como saída para a recessão aguda”, declarou.

OAB do Maranhão recebe apoio de corregedor do CNJ em pressão para Governo do Estado pagar precatórios

“Lutaremos para que a justiça seja feita em relação aos precatórios”, disse o corregedor Nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, na manhã de ontem (27), após receber os relatórios dos precatórios e os requerimentos da OAB Maranhão, que buscam pressionar do Governo do Estado a efetuar os pagamentos devidos.

O ministro Martins ainda disse que “serão analisados todos os pedidos feitos pela OAB/MA, ponto a ponto”, enfatizou. Um desses pedidos, protocolado no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), foi para sequestro do valor em atraso, que se aproxima dos R\$ 125 milhões.

Ainda como medida apresentada pra garantir o direito dos credores, a Ordem dos Advogados no Maranhão, presidida pelo advogado Thiago Diaz, garantiu que, caso o pagamento não seja efetuado em até 30 dias, entrará com uma ação de improbidade administrativa contra o governador do Estado, Flávio Dino, conforme autoriza a Constituição Federal.

O desembargador José Joaquim, presidente do TJMA, também falou à imprensa ontem e afirmou que já está com tratativas com a Corregedoria Geral do Conselho Nacional de Justiça, pra que essa situação seja solucionada o quanto antes. O CNJ deve apresentar parecer até a próxima semana.

Com a dívida total superando R\$ 1 bilhão, o governador Flávio Dino conta com a aprovação do projeto de Lei enviado à Assembleia Legislativa para empréstimo de mais de R\$ 620 milhões como alternativa principal para tentar se segurar e evitar pressões ainda maiores.

Acompanhe o Blog do Luis Cardoso também pelo Twitter™ e pelo Facebook.

Edilázio quer esclarecimentos de Portela sobre investigação de desembargadores

Parlamentar foi à tribuna da Câmara para falar da denúncia do delegado Thiago Bardal, que acusou o secretário de Segurança de persegui-lo por ter recusado investigar membros do Tribunal de Justiça

IFrame

O deputado federal Edilázio Júnior (PSD) levou à tribuna da Câmara, nesta quarta-feira, 27, a denúncia do delegado Thiago Bardal contra o secretário de Segurança do Maranhão, Jeferson Portela.

- Hoje [ontem], prestando depoimento, em frente a um juiz, o ex-superintendente de investigações criminais, Thiago Bardal, disse que o secretário de Segurança, Jefferson Portela, pediu que o mesmo investigasse quatro desembargadores - revelou Edilázio.

Em depoimento prestado ao juiz titular da 2ª Vara Criminal de São Luís, José Ribamar D'Oliveira Costa Júnior, dia 12, Bardal disse que Portela, estava firme no propósito de investigar e prender pelo menos quatro desembargadores do Maranhão.

- Jefferson Portela me chama em seu gabinete e diz: enquanto eu for secretário vai sair desembargador algemado daqui. Tem que investigar Fróz, Tryrone, Guerreiro e Nelma - afirmou Bardal.

Além de cobrar do próprio Tribunal de Justiça que leve o caso à investigação do Ministério Público, Edilázio propôs também à Assembleia Legislativa que convoque o próprio Portela.

- Nós não podemos admitir que a Polícia seja usada para investigar aqueles que não rezem a cartilha do comunismo - frisou o deputado, que também já denunciou o caso envolvendo a PMMA como espiã de adversários de Flávio Dino. (Veja vídeo acima)

O governo Flávio Dino ainda não se manifestou oficialmente sobre a denúncia de Bardal...

"Um atentado ao Judiciário", diz Edilázio sobre suposta investigação contra desembargadores

O deputado federal Edilázio Júnior (PSD) utilizou a tribuna da Câmara Federal para se solidarizar aos desembargadores citados pelo ex-superintendente de Investigações Criminais (Seic), delegado Thiago Bardal, que seriam alvo de investigação no estado por determinação do secretário de Estado da Segurança Pública, Jefferson Portela (PCdoB).

Ele lamentou o episódio, falou da gravidade da acusação e cobrou apuração do Tribunal de Justiça à denúncia levantada por Bardal em audiência judicial.

"O ex-superintendente de Investigações Criminais, o delegado Thiago Bardal, que chegou a ser preso, afirmou na frente do juiz [que conduzia a audiência] que o secretário de Segurança Jefferson Portela pediu que o mesmo investigasse quatro desembargadores e aqui eu venho me solidarizar ao desembargador Guerreiro Júnior, desembargador Fróz Sobrinho, desembargadora Nelma Sarney e desembargador Tyrone Silva", disse.

Edilázio cobrou providência da direção do TJ. "Peço aqui aqui, senhor presidente, que o Tribunal de Justiça tome uma decisão enérgica, assim como fez o Supremo - o ministro Toffoli pediu a investigação sobre o fake news a respeito do que era noticiado sobre os demais ministros -, que o presidente do TJ, desembargador José Joaquim, peça ao Ministério Público que investigue essa situação", completou.

O parlamentar também apelou para a Assembleia Legislativa do Maranhão, para uma eventual convocação do secretário. "Não podemos admitir que a polícia civil do Maranhão seja usada para investigar aqueles que não rezam na cartilha do comunismo", pontuou.

Ele lembrou do escândalo da espionagem, que tratava da investigação da Polícia Militar a adversários políticos do governador Flávio Dino no período que antecedeu a eleição e que ganhou repercussão nacional, e repudiou a postura do secretário, filiado ao PCdoB.

Edilázio Júnior se solidariza a desembargadores

Por Zeca Soares • quinta-feira, 28 de março de 2019

O deputado federal Edilázio Júnior (PSD) utilizou a tribuna da Câmara Federal para se solidarizar aos desembargadores citados pelo ex-superintendente de Investigações Criminais (Seic), delegado Thiago Bardal, que seriam alvo de investigação no estado por determinação do secretário de Estado da Segurança Pública, Jefferson Portela (PCdoB). (Clique aqui e veja o vídeo).

Ele lamentou o episódio, falou da gravidade da acusação e cobrou apuração do Tribunal de Justiça à denúncia levantada por Bardal em audiência judicial.

“O ex-superintendente de Investigações Criminais, o delegado Thiago Bardal, que chegou a ser preso, afirmou na frente do juiz [que conduzia a audiência] que o secretário de Segurança Jefferson Portela pediu que o mesmo investigasse quatro desembargadores e aqui eu venho me solidarizar ao desembargador Guerreiro Júnior, desembargador Fróz Sobrinho, desembargadora Nelma Sarney e desembargador Tyrone Silva”, disse.

Edilázio cobrou providência da direção do TJ. “Peço aqui aqui, senhor presidente, que o Tribunal de Justiça tome uma decisão enérgica, assim como fez o Supremo - o ministro Toffoli pediu a investigação sobre o fake news a respeito do que era noticiado sobre os demais ministros -, que o presidente do TJ, desembargador José Joaquim, peça ao Ministério Público que investigue essa situação”, completou.

O parlamentar também apelou para a Assembleia Legislativa do Maranhão, para uma eventual convocação do secretário. “Não podemos admitir que a polícia civil do Maranhão seja usada para investigar aqueles que não rezam na cartilha do comunismo”, pontuou.

Ele lembrou do escândalo da espionagem, que tratava da investigação da Polícia Militar a adversários políticos do governador Flávio Dino no período que antecedeu a eleição e que ganhou repercussão nacional, e repudiou a postura do secretário, filiado ao PCdoB.

Foto: Divulgação

Marcelo Tavares esclarece sobre pedido de empréstimo enviado à Assembleia Legislativa.

Marcelo Tavares diz que governo tem cumprido plano de pagamento de seus precatórios. Mas teve que recorrer a empréstimo porque Roseana não pagou entre 2012 e 2014.

MARANHÃO - O Governo do Maranhão esclareceu nesta quarta-feira (27) o pedido de empréstimo enviado à Assembleia Legislativa do Maranhão. O recurso servirá para o pagamento de dívidas de precatórios geradas principalmente entre 2012 e 2014, no governo anterior.

Em seu perfil no Twitter, o secretário-chefe da Casa Civil, Marcelo Tavares, afirmou ainda que todos os termos pactuados com o Tribunal de Justiça a esse respeito estão sendo cumpridos. “O Governo do Estado cumpriu o plano de pagamento de precatórios assinados com o Tribunal de Justiça. Não há uma dívida a ser considerada no ano passado”, disse, taxativamente.

Segundo ele, a gestão do governador Flávio Dino já pagou de precatórios mais de meio bilhão de reais, diferente do governo Roseana, que por três anos consecutivos, praticamente não pagou precatórios, gerando um considerável passivo.

Marcelo detalhou que a Constituição Federal prevê o procedimento que deve ser tomado diante de situações como esta e reiterou que o Governo do Maranhão está seguindo esta instrução legal.

“A emenda constitucional de número 99 determina como deve ser feito em relação a esses valores de dívidas acumuladas por precatórios não pagos. Por isso o Governo do Estado, seguindo a Constituição Federal, apresentou um pedido de financiamento na Assembleia Legislativa para fazer frente aos precatórios não pagos principalmente entre os anos de 2012 e 2014”, concluiu.

Cliente deve ser indenizado por inclusão indevida do nome no SPC

A loja foi condenada a pagar indenização por danos morais, no valor de R\$ 6 mil.

DIVULGAÇÃO/TJ-MA

SÃO LUÍS - A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) condenou as Lojas Riachuelo ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 6 mil a uma cliente que teve seu nome indevidamente incluído no cadastro de inadimplentes. O entendimento unânime manteve a sentença do Juízo da 13ª Vara Cível de São Luís.

A loja apelou ao TJ-MA, alegando que a inclusão foi legítima, em razão de inadimplemento da consumidora. Sustentou que não há prova do dano moral. Requereu a reforma da sentença para que fosse julgada improcedente a ação.

Inicialmente, o desembargador Paulo Velten, relator da apelação, ressaltou que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) é firme ao entender que o lançamento do nome do consumidor em órgão de restrição ao crédito deve ser realizado de forma cautelosa e apenas quando houver inadimplemento de obrigações contratuais.

Paulo Velten verificou que, no caso, a empresa apelante não provou que a inclusão do nome da apelada no rol de inadimplentes foi legítima ou decorreu de exercício regular de direito.

O relator observou que a prova documental presente nos autos revela que a consumidora encontrava-se adimplente com a parcela da confissão de dívida que teria originado a inscrição no SPC. Frisou que o que se vê no boleto e no comprovante de pagamento é que a apelada havia efetuado a quitação antecipada da parcela, três meses antes do vencimento.

O desembargador considerou correta a sentença que condenou a apelante ao pagamento de indenização por danos morais e observou que o valor de R\$ 6 mil fixado pelo Juízo, longe de caracterizar enriquecimento indevido da parte, é razoável e proporcional à extensão do dano experimentado.

Os desembargadores Jaime Ferreira de Araújo e Marcelino Everton acompanharam o voto do relator, de acordo com parecer da Procuradoria Geral da Justiça, negando provimento ao apelo das Lojas Riachuelo.

Desembargadores foram alvos de investigação, a pedido da SSP

Denúncia foi feita em depoimento prestado no dia 12 deste mês pelo ex-superintendente da Seic Thiago Bardal; segundo ele, o secretário Jefferson Portela pediu que magistrados fossem investigados

THIAGO BASTOS / O ESTADO

Em depoimento no dia 12 deste mês, o ex-superintendente da Polícia Civil do Maranhão Thiago Bardal afirmou que - por orientação do secretário atual de Segurança Pública do Estado (SSP), Jefferson Portela - determinou a instauração de procedimento investigativo contra desembargadores. Segundo o delegado, seriam alvos das apurações Froz Sobrinho, Tyrone José, Antonio Guerreiro Júnior e Nelma Sarney.

Na oitiva, prestada ao juiz da 2ª Vara Criminal de São Luís, José Ribamar d'Oliveira, sem citar em qual período exato, disse que, em uma conversa no gabinete do titular da SSP, foi dada a ordem. "Ele [Jefferson] me chama em seu gabinete e diz: 'Quando for secretário, vai sair desembargador algemado daqui. Tem que investigar Froz, Tyrone, Guerreiro e Nelma'. Ele me mostrou uma decisão que tinha saído e disse: 'Faça uma representação do Tyrone e encaminhe para o CNJ [Conselho Nacional de Justiça]'. Eu disse que não tínhamos atribuição. Ainda assim, o secretário insistiu e ele [Jefferson] ligou na minha frente para a assessora da então ministra Carmén Lúcia, que era então integrante do CNJ. Vamos entregar pessoalmente essa representação", afirmou.

Denúncias

Questionado pelo magistrado, Bardal disse que as denúncias se fundamentariam no fato de que assaltantes de bancos estavam sendo liberados, mediante uso de tornozeleiras. "O fundamento seria que assaltantes de bancos estavam sendo liberados com tornozeleira e o secretário queria saber o porquê disso", afirmou Bardal.

Após um mês da instauração da primeira denúncia, de acordo com o ex-superintendente da Polícia Civil, o secretário determinou nova apuração. "Um mês depois, ele [Jefferson] me chamou novamente. E disse para formular nova denúncia. Eu disse: 'Negativo'", afirmou o ex-gestor da polícia.

Bardal afirmou ainda que, ainda na formulação da representação, delegados (sem citar quais) que formavam na polícia o grupo de combate organizado deveriam assinar o documento. Segundo o ex-gestor, pelo fato dos delegados estarem em "estágio probatório", ou seja, sem estabilidade nos cargos, o próprio Bardal assinou a representação.

Dentre os magistrados, Tyrone Silva e Froz Sobrinho se manifestaram. A O Estado, Tyrone declarou que, "por ainda não estar a par dos fatos", não iria se pronunciar de forma oficial, o que deverá ocorrer hoje.

Já Froz Sobrinho, por meio da assessoria, disse que não se manifesta em inquéritos ou processos dos quais Thiago Bardal faz parte. O motivo é que Sobrinho, que faz parte da mesma Câmara Criminal que o desembargador Tyrone, se declarou suspeito de atuar no caso do delegado desde que Bardal denunciou o Tyrone Silva ao CNJ.

Procurada, a desembargadora Nelma Sarney disse que não vai se pronunciar. O desembargador Antônio Guerreiro Júnior não foi localizado.

Mais

Explicações

O Estado entrou em contato ainda com a assessoria de comunicação do secretário de Segurança do Estado, Jefferson Portela, solicitando manifestação a respeito do que disse o ex-titular da Seic. Até o fechamento da edição, não houve resposta.

OAB/MA apresenta relatório de precatórios ao corregedor do CNJ

Ministro Humberto Martins, que está em São Luís para correição do CNJ no Tribunal de Justiça, disse que se posicionará a respeito dos precatórios até a próxima semana

Aproveitando a presença do corregedor do Conselho Nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, no Maranhão para correição no Tribunal de Justiça (TJ), a seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA) apresentou, ontem, ao corregedor um relatório da situação dos precatórios.

O ministro se comprometeu com a entidade em dar um retorno à demanda apresentada até a próxima semana. “Lutaremos para que a justiça seja feita em relação aos precatórios. Todos os relatórios e pedidos apresentados serão analisados ponto a ponto”, disse o corregedor.

O presidente da Ordem, Thiago Diaz, disse que esse é um avanço na solução desse caso que tem causado grande desconforto aos que aguardam o recebimento desses valores. “A Ordem está fazendo o esforço necessário para salvaguardar o pagamento desses precatórios. A entrega desses relatórios ao ministro Humberto Martins objetiva, exatamente, a tentativa de garantir o direito dos cidadãos envolvidos”, disse.

Além dessa entrega, a OAB/MA protocolou no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ) um pedido de sequestro dos precatórios que estão atrasados, já que é de responsabilidade da Corte a arrecadação de dinheiro para realizar esses pagamentos.

Caso o governo do Estado não faça o pagamento da dívida em até 30 dias, a OAB/MA disse que vai entrar com uma ação de improbidade administrativa contra o governador Flávio Dino.

Dos precatórios

O precatório é a forma de pagamento dos créditos decorrentes de sentença judicial transitada em julgado, conforme preceitua o artigo 100 da Constituição Federal, que ultrapassem o limite de 20 salários mínimos, no caso do Maranhão.

Quando o processo judicial se encerra, são homologados os valores devidos ao credor. Se o crédito ultrapassar o limite de 20 salários mínimos, o credor entra na fila de precatórios para aguardar o seu pagamento.

Pressão dos precatórios

O caso dos pagamentos de precatórios pelo governo Flávio Dino (PCdoB) tem ganhado dimensões maiores. Depois de denúncias e ações na Justiça estadual, a questão agora está nas mãos do corregedor do Conselho Nacional de Justiça, ministro Humberto Martins. A ele foi entregue pela seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA) um relatório sobre os precatórios.

Humberto Martins, que se encontra em São Luís para correição na Justiça estadual, garante que se debruçará sobre o caso “para que a justiça seja feita após analisar ponto a ponto do relatório”.

Este não é o primeiro documento que o corregedor do CNJ recebe sobre a falta de pagamento de precatórios.

O Sindicato dos Servidores da Justiça (Sindjus) já havia acionado o ministro sobre o distanciamento do Tribunal de Justiça quanto ao bloqueio de verba do governo para pagamento dos precatórios. O corregedor pediu explicações ao tribunal.

O presidente da OAB/MA, Thiago Diaz, diz que a entidade busca garantir o direito dos cidadãos. “A Ordem está fazendo o esforço necessário para salvaguardar o pagamento desses precatórios. A entrega desses relatórios ao ministro Humberto Martins objetiva, exatamente, a tentativa de garantir o direito dos cidadãos envolvidos”

Talvez devido à pressão que está sendo feita é que o governador Flávio Dino está pedindo autorização aos deputados estaduais para contratar mais um empréstimo, dessa vez de mais de R\$ 600 milhões. Pela justificativa, o dinheiro será para pagamento dos precatórios.

Resta saber se o governo terá realmente todo este tempo para cumprir o que já foi definido pela Justiça.

Descumprimento

O governador Flávio Dino parece que gosta de não cumprir decisões judiciais, como no caso dos precatórios.

O comunista chegou até a baixar decreto determinando aos membros de sua gestão para não cumprir decisões da Justiça relacionadas a vencimentos de servidores públicos.

Dino somente revogou este decreto depois que conseguiu liminar retirando a adequação salarial de 21,7% a mais de 60 mil servidores públicos.

Oficiais de Justiça recebem treinamento sobre segurança pessoal e cumprimento de mandados

Oficiais de justiça e comissários da infância e juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão participam, nestas quinta e sexta-feira (27 e 28), na Escola Superior da Magistratura (ESMAM), do curso Segurança Pessoal no Cumprimento de Mandados Judiciais. O objetivo do curso, segundo o desembargador Froz Sobrinho, diretor da escola judicial, é oferecer novas estratégias e abordagens de segurança, “necessárias ao bom cumprimento de suas funções”

Os participantes orientações básicas sobre segurança pessoal em vias públicas, segurança da família, técnicas de defesa pessoal, reação, fuga e sobrevivência urbana. O conteúdo inclui ainda o planejamento operacional no cumprimento de mandados, noções de inteligência e análise de incidência criminal.

Um capítulo específico expôs ações modernas e orientações técnicas de segurança para cumprimento de mandados, tecnologias, abordagem para mandados de risco, além de orientações para aproximação institucional com órgãos de segurança pública.

O segundo módulo, mais avançado, orienta sobre técnicas de defesa pessoal com planejamento operacional, uso e manipulação de imagens (drone e satélite), técnicas de localização de pessoas, busca de dados em fontes abertas, noções de combate em vias públicas e em ambiente confinado.

“São conceitos e técnicas de segurança fundamentais para os profissionais que atuam como oficiais e comissário em diligências de risco. A partir do estudo de medidas preventivas e históricos de agressões a agentes públicos, é possível avaliar e prevenir situações de perigo presentes no exercício dessas atividades”, explica o professor Hipólito Alves Cardozo, da Unidade de Inteligência da Polícia Federal.

Justiça do Maranhão passa por inspeção do CNJ

O estado do Maranhão recebe nesta semana, no período de 25 a 29 de março, a equipe da Corregedoria Nacional de Justiça para a inspeção ordinária de verificação do funcionamento dos setores administrativos e judiciais do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e das serventias extrajudiciais do estado.

O procedimento consta da Portaria n. 06, de 14 de fevereiro de 2019, e é coordenado pelo corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins. O objetivo é verificar a situação atual do Poder Judiciário do Maranhão, havendo ou não evidências de irregularidades, assim como a evolução dos trabalhos judiciais após a última inspeção realizada no tribunal estadual.

Além de Martins, compõem a equipe de inspeção: a desembargadora federal Daldice Maria Santana de Almeida, conselheira do Conselho Nacional de Justiça; o juiz federal Miguel Ângelo Alvarenga Lopes, do Tribunal Regional Federal da 1ª região; o juiz de direito Jorsenildo Dourado do Nascimento, do Tribunal de Justiça do Amazonas; a juíza de direito Sandra Aparecida Silvestre de Frias Torres, do Tribunal de Justiça de Rondônia; o juiz de direito Sérgio Ricardo de Souza, do Tribunal de Justiça do Espírito Santo e seis servidores.

O estado do Maranhão é o oitavo a receber a inspeção da Corregedoria Nacional de Justiça sob o comando de Humberto Martins. Sergipe, Piauí, Amapá, Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Alagoas já foram inspecionados pelo atual corregedor nacional e sua equipe.

Durante o procedimento, os trabalhos forenses e os prazos processuais não serão suspensos.

Atendimento ao público

No dia 27 de março, quarta-feira, Humberto Martins estará à disposição dos cidadãos maranhenses para orientações, recebimento de denúncias, sugestões ou reclamações. O atendimento ao público será feito a partir de 10h e 30min., na sede do TJMA. (Corregedoria Nacional de Justiça)

Estado é condenado a indenizar moradores de casa invadida por engano por policiais

Um erro de endereço no cumprimento de mandado de busca e apreensão por policiais - seguido de danos na entrada e desordem no interior de uma residência em São Luís - resultou na condenação do Estado do Maranhão ao pagamento de indenização total de R\$ 50 mil - R\$ 10 mil para cada um dos autores - em julgamento de recursos na 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). Os desembargadores mantiveram a sentença de primeira instância, que também fixou o valor de R\$ 450,00 por danos materiais. De acordo com os autos, os moradores da casa afirmaram que tiveram a porta de sua residência arrombada pelos policiais no dia 2 de setembro de 2014. Segundo o relato das vítimas, os agentes públicos danificaram o portão de entrada, durante a invasão, e causaram desordem no interior do imóvel, sob a justificativa de cumprimento do mandado.

Os moradores disseram que sofreram grande humilhação diante de toda a vizinhança e que o proprietário da residência recusou-se a assinar o mandado ao constatar que o endereço não era o dele, passando a ser alvo de olhares acusadores e comentários, ao lado de sua família.

O juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública de São Luís julgou procedentes os pedidos e condenou o Estado ao pagamento das indenizações por danos materiais e morais, acrescidas de juros e correção monetária.

Irresignado, o Estado do Maranhão apelou ao TJMA, alegando exercício regular do direito estatal de cumprir mandados de busca e apreensão, tendo este sido cumprido conforme estabelecido na ordem judicial. Os moradores, por sua vez, pediram que a indenização fosse majorada.

VOTO - O desembargador José de Ribamar Castro, relator das apelações, não deu razão ao apelo do Estado. De início, o magistrado destacou que um dos direitos fundamentais de maior relevo à cidadania é o que estabelece a indevassabilidade dos lares, norma que consta na Constituição Federal, a qual possui íntima relação com o direito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas.

Ribamar Castro observou que não houve, por parte dos agentes, o cumprimento devido da ordem judicial, uma vez que nenhum dos sujeitos indicados no mandado de busca e apreensão reside no imóvel onde fora realizada a ação. Acrescentou que, sendo o Estado do Maranhão responsável pelos atos de seus agentes de polícia, surge a responsabilidade objetiva das pessoas jurídicas de direito público, consistente na obrigação de o ente indenizar terceiro em razão de procedimento lícito ou ilícito de seu agente.

O relator disse que, nesses casos, a prova do dano moral é dispensada dada a sua impossibilidade de materialização, bastando comprovação do ato ilícito, uma vez que o dano moral decorre da própria ação ilícita, que resultou em constrangimento pela forma abusiva e ilegal que os agentes agiram. Ele manteve o valor fixado por pessoa pelo juiz, assim como o pagamento de R\$ 450,00 por danos materiais.

Quanto ao apelo dos moradores da casa, para majorar os valores, o relator também não deu razão, seguindo os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, diante das peculiaridades do caso, bem como a extensão do dano.

O desembargador Raimundo Barros e o juiz Luís Pessoa, convocado para compor quórum, também negaram provimento a ambas as apelações, mantendo a sentença com os valores fixados pelo juiz de 1º grau. (Processo nº 33733/2018 - São Luís). (Ascom TJMA)

Presidente do TJMA recebe ministro Humberto Martins

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo, recebeu, na manhã desta quarta-feira (27), o corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins. Ele foi recepcionado no Gabinete da Presidência, onde conversou com desembargadores da Corte.

O ministro Humberto Martins coordena a equipe do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que realiza até esta sexta-feira (29) inspeção ordinária de verificação do funcionamento dos setores administrativos e judiciais do TJMA e das serventias extrajudiciais do Estado, conforme a Portaria nº 06, de 14 de fevereiro de 2019.

Para o corregedor nacional de Justiça, a inspeção faz parte da fiscalização permanente do próprio Tribunal e visa contribuir para uma melhor qualidade dos serviços jurisdicionais. "A correição é um procedimento de rotina e, além de buscar informações sobre o funcionamento dos serviços da Justiça, compartilha as boas práticas com os tribunais. É uma troca de experiências", disse o ministro Humberto Martins.

Durante a reunião, o ministro Humberto Martins enfatizou a importância de um Poder Judiciário em equilíbrio com os outros Poderes da República. "Estamos aqui para discutirmos melhores caminhos para uma Justiça viável, de qualidade, que tenha o respeito da sociedade. Não existe cidadania, nem Estado de Direito pleno, sem um Judiciário comprometido e atuante. Poder Judiciário forte significa cidadania respeitada", frisou.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão disse que os desembargadores da Corte ficam extremamente honrados com a presença do ministro e colocou o TJMA à disposição da equipe do CNJ, para todo e qualquer esclarecimento. "Procuraremos absorver o melhor dessa inspeção para aperfeiçoar nosso tribunal e construirmos um Judiciário cada vez mais forte e atuante, contribuindo para o fortalecimento da cidadania", assinalou o desembargador Joaquim Figueiredo.

Estavam presentes na visita do ministro Humberto Martins, os desembargadores Lourival Serejo (vice-presidente do TJMA), Marcelo Carvalho (Corregedor Geral de Justiça), Paulo Velten, Jamil Gedeon, Cleones Carvalho, Graças Duarte, Anildes Cruz, Nelma Sarney, Marcelino Everton, Luiz Gonzaga Almeida, Froz Sobrinho, Jaime Ferreira, José Bernardo Rodrigues, João Santana, Kleber Carvalho, Ângela Salazar, Tyrone Silva, José Luiz Almeida, Raimundo Melo e Jaime Araújo.

ATENDIMENTO AO PÚBLICO - Nesta quarta-feira (27), o ministro Humberto Martins recebeu a sociedade em audiência previamente agendada, no Pleninho da Corte, no 2º andar do edifício-sede do TJMA, localizado na Praça Pedro II, Centro Histórico de São Luís.

Além do ministro Humberto Martins, a equipe do CNJ é composta pela desembargadora federal e conselheira do CNJ, Daldice de Almeida, pelo juiz federal Miguel Ângelo Alvarenga Lopes (Tribunal Regional Federal da 1ª Região); pelos juízes de Direito Jorsenildo Dourado do Nascimento (Tribunal de Justiça do Amazonas); Sandra Aparecida Silvestre de Frias Torres (Tribunal de Justiça de Rondônia); Sérgio Ricardo de Souza (Tribunal de Justiça do Espírito Santo); e seis servidores. (Danielle Limeira- TJMA)

CARREIRA: Oficiais de Justiça são homenageados pelo TJMA

Oficiais de Justiça que atuam no Judiciário Estadual estarão reunidos, até sexta-feira (29), para discutir sobre os desafios, conquistas e a valorização da carreira. As atividades iniciaram-se nesta segunda-feira (25) - Dia do Oficial de Justiça. A programação foi aberta pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, no Fórum de São Luís (Calhau), e tem o apoio da Escola Superior da Magistratura (ESMAM).

Na solenidade de abertura da "Semana de Valorização do Oficial de Justiça", foram homenageados os profissionais com maior tempo de atuação no TJMA, entre esses os servidores Ademar Henrique da Silva, Wilson Soares Filho, Vicente Urbano, Antonio José Bernardes, Rosane Romeiro de Paula, Silvaneide de Araújo, Carlos Marques de Almeida e Liberino Santos dos Anjos (in memoriam) - pai do desembargador Joaquim Figueiredo.

"Hoje é um dos melhores dias da minha gestão, por essa surpresa agradável da lembrança da memória do meu pai, Liberino dos Anjos, oficial de justiça que desempenhou suas funções nas décadas de 50 e 60, cumprindo com esmero seu trabalho", disse, emocionado.

O presidente anunciou que o próximo concurso para o cargo será realizado em nível superior de formação e ressaltou a importância do trabalho cotidiano dos oficiais enquanto função indispensável à prestação da jurisdicional, sendo eles o principal elo entre o Judiciário e o cidadão.

De acordo com o juiz Marcelo Oka, coordenador da Central de Mandados, em 2018, dos 155 mil mandados expedidos, 146 mil foram cumpridos pelos oficiais que atuam na central, responsável por 66 unidades judiciais. "Os resultados são reflexo da atenção e zelo desses profissionais, pilares que sustentam os serviços do sistema de justiça", concluiu o magistrado.

Também participaram do evento os desembargadores Lourival Serejo (vice-presidente do TJMA), Marcelo Carvalho (corregedor-geral de Justiça) e João Santana Sousa, além dos juízes Diva Mendes (diretora do Fórum de São Luís) e os presidentes da Associação dos Oficiais de Justiça e do Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão, Rômulo Neves e Aníbal Lins, respectivamente.

A programação prosseguiu com a participação do Coach Pádua Weber, que ministrou a palestra "Viver com Propósito - uma jornada heróica".

No local, podem ser vistas fotos que compõem a exposição "O Cotidiano do Oficial de Justiça: Retratos da Realidade", com imagens que representam momentos específicos da atuação dos servidores em todo o Estado.

A SEMANA

Organizada pelo Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral, a Semana de Valorização tem como objetivo contribuir para o aprimoramento dos oficiais de Justiça e resgatar o valor histórico da profissão milenar, que ao longo dos anos vem ganhando novas características e atribuições, conforme as inovações legislativas e exigências sociais.

Até o dia 29 de março, os oficiais participarão de palestras e cursos de capacitação, no Fórum de São Luís, na Escola da Magistratura e na Associação dos Magistrados, com enfoque na atividade prática e atualização jurídica, necessárias para o bom desempenho da função.

O projeto ocorrerá também nos Polos Regionais até o mês de outubro deste ano, com alcance em todas as comarcas do Maranhão.

(Asscom TJMA)

SEGURANÇA EM CRISE! DELEGADO COLOCA EM CHEQUE A CREDIBILIDADE DO SECRETÁRIO JEFFERSON PORTELA E DEIXA O JUDICIÁRIO DE ORELHAS EM PÉ

Portela x Bardal! Na troca de acusações quem está falando a verdade?

O delegado Tiago Bardal em seu depoimento no dia 12 de março, disparou a artilharia contra o secretário de segurança pública do Maranhão Jefferson Portela, que pode ficar em maus lençóis, com o judiciário maranhense.

O delegado que esta preso suspeito de comandar uma quadrilha de contrabandistas, afirmou em seu depoimento, que o secretário de segurança Jefferson Portela teria mandado o delegado representar o Desembargador Tayrone Silva, junto ao CNJ e que depois teria dado ordens expressas a Bardal, para que ele investigasse os desembargadores Guerreiro Júnior, Froiz Sobrinho, Tayrone Silva e Nelma Sarney. Dizendo que ele enquanto fosse secretário iria por desembargador na cadeia.

O vídeo do depoimento vazou nas redes sociais, vários blogs noticiaram. Nos grupos de whatsapp, o assunto varou a madrugada, por se tratar de uma acusação gravíssima que atinge a espinha dorsal do judiciário maranhense. O depoimento do delegado Tiago Bardal ex-superintendente da SEIC, colocou em cheque a credibilidade do secretário Jefferson Portela e do próprio sistema de segurança.

Esse depoimento do delegado Bardal pode gerar uma crise institucional entre o Sistema de Segurança Pública do Maranhão e o judiciário maranhense. Hoje pela manhã conversamos com alguns delegados e investigadores da Polícia Civil, que falaram em off, que agora a confusão esta gerada. Por outro lado no TJ-MA, os desembargadores ficaram de orelhas em pé com Jefferson Portela e vão querer que tudo seja devidamente esclarecido.

Alem disso o delegado Tiago Bardal, acusa o secretário Jefferson Portela de ter mandado engavetar documentação referente ao assassinato do Jornalista Décio Sá, para ocultar nomes de pessoas envolvidas na trama, pois segundo Bardal Cutrim teria requerido o desarquivamento do caso do assassinato do Jornalista Décio Sá, que para Jefferson Portela se isso acontecesse, iria facilitar a reeleição do ex-deputado Raimundo Cutrim

Uma fonte velada, nos revelou que isso faz parte da doutrina comunista, espionar e investigar adversários. Disse que um exemplo disso, foi o que aconteceu em 2018, em plena a campanha eleitoral, onde oficiais da PMMA, receberam ordens para espionar adversários políticos do Governo do Estado.

Quando a bomba explodiu, o governo saiu da reta e deixou os coronéis envolvidos na reta de colisão. Hoje esses oficiais estão respondendo processo criminal e o governador comunista está comemorando a vitória nas eleições 2018.

Tudo Isso sem contar o assassinato na cidade de Buriticupu-MA onde os policiais militares, cabo Julio Cesar e o soldado Alberto Constantino, que além de mortos tiveram seus corpos ocultados, sendo que até hoje a Polícia

Civil do Maranhão vergonhosamente não elucidou o caso. Quem sabe agora a verdade seja esclarecida!
Disse!

A fonte nos revelou ainda, que a maior vontade do governador comunista Flávio Dino era mandar prender Ricardo Murad, Roseana e políticos ligados ao grupo Sarney. A vontade do comunista de prender esse pessoal era tão grande, que ele criou no início do seu primeiro ano de governo a Superintendência de Combate a Corrupção(SECCOR), para investigar o grupo Sarney.

Falou que como eles não conseguiram tais prisões, o alvo das investigações, passou a ser a desembargadora Nelma Sarney, seguida pelos desembargadores, Guerreiro Junior, Froiz Sobrinho e Tyrone Silva. Tudo que o secretário Jefferson Portela fez foi com o consentimento do Governador Flávio Dino.

Isso é uma velha prática conhecida e executada no comunismo. Espionar, investigar e montar provas para depois prender os adversários e profissionais da imprensa que não rezam na castilha comunista.

Esse tipo de ação investigava, está mais para espionagem do que para uma investigação criminal. No meu entender foge da competência da Polícia Civil do Maranhão investigar um desembargador. Concluiu.

Veja aqui os vídeo onde o delegado Tiago Bardal deixa o secretário Jefferson Portela de calças curtas e sem credibilidade diante da opinião pública

Cliente ganha danos morais por inscrição indevida no SPC

Uma cliente que teve seu nome indevidamente incluído no cadastro de inadimplentes receberá R\$6 mil de danos morais das Lojas Riachuelo.

A loja defendeu que a inclusão foi legítima, em razão de inadimplemento da consumidora. Porém a empresa não provou que a inclusão do nome da apelada no rol de inadimplentes foi legítima ou decorreu de exercício regular de direito. A cliente havia, inclusive, efetuado a quitação antecipada da parcela, três meses antes do vencimento.

A decisão foi da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e manteve a sentença do Juízo da 13ª Vara Cível de São Luís.

Edilazio cobra esclarecimento de secretário do governador sobre investigação contra desembargadores

As denúncias do Delegado Pardal foram alvo de discurso na Câmara

O deputado federal Edilázio Júnior (PSD) levou à tribuna da Câmara, nesta quarta-feira, 27, a denúncia do delegado Thiago Bardal contra o secretário de Segurança do Maranhão, Jeferson Portela.

- Hoje [ontem], prestando depoimento, em frente a um juiz, o ex-superintendente de investigações criminais, Thiago Bardal, disse que o secretário de Segurança, Jefferson Portela, pediu que o mesmo investigasse quatro desembargadores -revelou Edilázio.

Em depoimento prestado ao juiz titular da 2ª Vara Criminal de São Luís, José Ribamar D'Oliveira Costa Júnior, dia 12, Bardal disse que Portela, estava firme no propósito de investigar e prender pelo menos quatro desembargadores do Maranhão.

- Jefferson Portela me chama em seu gabinete e diz: enquanto eu for secretário vai sair desembargador algemado daqui. Tem que investigar Fróz, Tryrone, Guerreiro e Nelma -afirmou Bardal.

Além de cobrar do próprio Tribunal de Justiça que leve o caso à investigação do Ministério Público, Edilázio propôs também à Assembleia Legislativa que convoque o próprio Portela.

- Nós não podemos admitir que a Polícia seja usada para investigar aqueles que não rezem a cartilha do comunismo - frisou o deputado, que também já denunciou o caso envolvendo a PMMA como espiã de adversários de Flávio Dino. (Veja vídeo acima)

O governo Flávio Dino ainda não se manifestou oficialmente sobre a denúncia de Bardal...